



PRM cada vez mais violenta: Jovem é assassinado a tiro por agentes da Polícia em Maputo

- Trata-se de mais um caso de violação do direito à vida protagonizada por agentes que têm como função garantir a lei e a ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.



- O CDD exige a responsabilização dos agentes envolvidos no assassinato do jovem na última sexta-feira em Maputo. A impunidade dos agentes da Polícia que torturam e matam cidadãos indefesos e a falta de responsabilização do Estado pelos danos decorrentes de actos ilegais dos seus agentes é o que torna este tipo de crime recorrente.

A impunidade dos agentes da Polícia que torturam e matam cidadãos indefesos e a falta de responsabilização do Estado pelos danos decorrentes de actos ilegais dos seus agentes são os principais factores que “normalizam” e tornam recorrentes os assassinatos de pessoas inocentes pelas autoridades da lei e ordem.

Segundo escreve o jornal O País¹, um cidadão de 37 anos foi baleado mortalmente por um agente da Polícia da República de Moçambique (PRM) na noite de sexta-feira, 17 de Fevereiro de 2023, no bairro 3 de Fevereiro, na Cidade de Maputo. Testemunhas citadas pelo jornal contam que o jovem foi interceptado por uma viatura da Polícia quando fazia ralis na via pública. O jovem não obedeceu a ordem e colocou-se em fuga, obrigando a Polícia a fazer uma perseguição.

Mas a perseguição terminou de forma trágica: no lugar de imobilizar a viatura, a Polícia atirou contra o jovem, tendo o atingido na cabeça. A vítima perdeu o controlo da viatura e foi embater contra uma vedação, tendo perdido a vida. Mas a mãe conta que o filho foi alvejado quando estava a sair da viatura.

“Segundo as pessoas que estavam no local, a Polícia mandou-o descer do carro, tanto que quando eu cheguei para reconhecer o corpo havia uma porta aberta. Quando ele abriu a porta para descer, apareceu um agente, que se achou dono do mundo porque portava uma arma, e atirou nele. Deu-lhe dois tiros na cabeça, sem nenhuma explicação. Aquele jovem era trabalhador, não era bandido. Tudo o que ele tinha era graças à machamba, pois ele era agricultor”, explicou Amina Zacarias, mãe da vítima².

Uma outra testemunha citada no jornal contou que a Polícia, depois de remover o corpo, abandonou o local, mas minutos depois voltou para buscar a moça que estava no carro sinistrado na companhia da vítima. O assassinato a tiro de um

cidadão inocente e que não representava nenhum perigo deixou alguns residentes locais indignados contra a “injustiça e impunidade” da Polícia “Queremos justiça. A Polícia nem apareceu para prestar condolências ou explicação”.

“

S “Segundo as pessoas que estavam no local, a Polícia mandou-o descer do carro, tanto que quando eu cheguei para reconhecer o corpo havia uma porta aberta. Quando ele abriu a porta para descer, apareceu um agente, que se achou dono do mundo porque portava uma arma, e atirou nele. Deu-lhe dois tiros na cabeça, sem nenhuma explicação. Aquele jovem era trabalhador, não era bandido. Tudo o que ele tinha era graças à machamba, pois ele era agricultor”

”

¹ <https://opais.co.mz/jovem-morre-baleado-por-um-agente-da-prm-em-maputo/>

² <https://opais.co.mz/jovem-morre-baleado-por-um-agente-da-prm-em-maputo/>

A mãe da vítima também manifestou a sua revolta contra a (má) actuação da Polícia. “Nós quando vemos a Polícia pensamos que temos protecção, mas não. Os polícias são os piores bandidos. Hoje tiraram a vida de um inocente, sem mais nem menos. Não temos nenhuma explicação até agora”.

A viatura da vítima foi rebocada pela Polícia para a 14ª Esquadra da PRM na Cidade de Maputo. Contactada pela imprensa, a PRM manifestou indisponibilidade para abordar o caso, que configura uma gritante violação de direitos humanos, mormente o direito à vida. Nos termos da Constituição da República (artigo 40), todo o cidadão tem direito à vida e à integridade física e moral e não pode ser sujeito à tortura e tratamentos cruéis ou desumanos.

A situação torna-se mais grave ainda quando o direito à vida é violado por agentes de Estado que têm como função, nos termos da Constituição da República, garantir a lei e a ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Demo-

crático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. Ora, a actuação dos agentes da Polícia que assassinaram a tiro um cidadão mostra claramente que violaram de forma flagrante a Constituição da República e não cumpriram com os seus deveres.

Por isso, o CDD exige a responsabilização dos agentes envolvidos no assassinato do jovem na última sexta-feira em Maputo. O Estado deve assumir a sua responsabilidade no caso, pagando uma compensação justa à família do finado. Aliás, é de lei que o Estado é responsável pelos danos causados por actos ilegais dos seus agentes, no exercício das suas funções, sem prejuízo do direito de regresso.

A impunidade dos agentes da Polícia que torturam e matam cidadãos indefesos e a falta de responsabilização do Estado pelos danos decorrentes de actos ilegais dos seus agentes são os principais factores que “normalizam” e tornam recorrentes os assassinatos de pessoas inocentes pelas autoridades da lei e ordem.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Emídio Beúla
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

